

Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos - PEJ

Coordenador: Prof. Vicente Dobroruka

Universidade de Brasília
IHD - Dpto. de História
Brasília -DF- 70910-900

www.pej-unb.org

**"CIDADE DE DEUS, CIDADE TERRENA E IDADES DO
MUNDO NA OBRA *SOBRE A CIDADE DE DEUS*, DE SANTO
AGOSTINHO: SOBRE A DURAÇÃO DOS TEMPOS CRISTÃOS"**

**II SEMINÁRIO INTERNO DO PROJETO DE ESTUDOS JUDAICO-
HELENÍSTICOS - PEJ -, 21-23 DE NOVEMBRO 2007**

Fabrício Santos Barbacena

Mestrando em História / UnB

Prof. Vicente Dobroruka



Resumo / abstract



Cidade de Deus, cidade terrena e idades do mundo na obra *Sobre a Cidade de Deus*, de Santo Agostinho: sobre a duração dos tempos cristãos

A obra *Sobre a Cidade de Deus*¹, de Santo Agostinho (354-430), escrita entre os anos 412-426, é um trabalho fundamental para se entender vários aspectos do pensamento agostiniano, em especial os seus posicionamentos a respeito do tempo e da história. Nesta obra é ricamente desenvolvida a sua concepção de que a humanidade e os seres espirituais estão divididos em dois grupos, a "Cidade de Deus", por um lado, composta pelas pessoas e anjos guiados pelo amor a Deus e a ele submissos, e a "cidade terrena", por outro, da qual fazem partes os homens e as mulheres pecadores, além dos próprios demônios². É também nessa mesma obra que o bispo de Hipona se dedica a trabalhar, de modo mais detido, sua explicação da história como nada mais, nada menos do que o caminhar das duas cidades ao longo do tempo até o fim que espera cada uma delas: o céu, para os habitantes da cidade celestial, e o inferno, para os pertencentes à cidade terrena. Agostinho resume, então, a história humana como a história das origens, do desenvolvimento e dos

¹ Também chamada, neste artigo, pelo nome mais comum de *Cidade de Deus* e abreviada pela sigla CD.

² Portanto, deve-se lembrar que a divisão entre cidade de Deus e cidade terrena não tem a ver com uma divisão entre seres espirituais e humanidade (pois ambas as cidades possuem cidadãos tanto do grupo dos anjos, quanto da parte dos seres humanos), nem muito menos como uma divisão entre Igreja e Estado. Como afirma Guillermo Fraile. "San Agustín (354-430)" in: *Historia de la Filosofía - El cristianismo y la filosofía patristica. Primera escolástica*. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1986. P.227: "Seu sentido primário [da CD] não é político, mas sim essencialmente religioso. Não contrapõe Igreja com Estado civil, como se fará séculos mais tarde, mas, pelo contrário, suas duas 'cidades' são a representação de dois reinos, o de Deus e o do demônio, o da luz e o das trevas, o do bem e o do mal, o do amor e o do ódio, o do céu e o da terra".



devidos fim das duas cidades entre as quais se dividem anjos e seres humanos.

Mas não só: além dos "três momentos" das duas cidades, já referidos, outros enquadramentos temporais são possíveis para o processo histórico, tal como entendido por Agostinho, enquadramentos que não são pensados como excludentes, mas complementares. O primeiro esquema a ser lembrado é o de quatro idades, de inspiração paulina, que divide a história em três eras (antes da Lei, sob a Lei, sob a Graça), com mais um quarto momento, pós-histórico e eterno (na Glória, para os santos)³. O segundo esquema é o de sete idades, as quais têm como marcos, respectivamente, Adão, Noé, Abraão, Davi, cativo da Babilônia, Jesus Cristo e o fim dos tempos, com este último momento delimitando o fim da sexta era (e da história) e o início da sétima, que é idêntica à eternidade supra-histórica que os seres humanos viverão depois da ressurreição dos mortos e do Juízo, com os bons recompensados e os maus punidos por suas obras pregressas⁴.

³ Cf., dentre outros lugares, Carta 55.3.5: (Porque, com efeito, na totalidade do decurso da história, agora está se desenvolvendo [*apparuit*] a terceira época [*tempus*]. Por isso a ressurreição do Senhor se deu em três dias [*triduana est*]. Pois a primeira época foi antes da Lei; a segunda, sob a Lei; a terceira, sob a graça..." (*Quia vero in toto tempore saeculi nunc tertium tempus apparuit, ideo resurrectio Domini triduana est. Primum enim tempus estante Legem, secundum sub Lege, tertium sub Gratia [...]*).

⁴ As sete idades são resumidas, dentre outros lugares, em *Contra Fausto* 12.8: "Em seis dias, no Gênesis, Deus terminou toda a sua obra, e no sétimo descansou [Gn 2:1-2]. As obras de Deus representam o gênero humano neste mundo, pela sucessão dos tempos, [transcorridos] em seis idades, das quais a primeira vai de Adão até Noé; a segunda, de Noé até Abraão; a terceira, de Abraão até Davi; a quarta, de Davi até a migração para a Babilônia; a quinta, daqui até a humilde vinda do nosso Senhor Jesus Cristo; a sexta, que agora se desenvolve, até que o Altíssimo venha para o Juízo. A sétima, com efeito, está compreendida no descanso dos santos, não nesta vida, mas na outra, onde aquele rico vê o pobre descansando, enquanto ele mesmo é torturado no inferno [Lc 16:23], onde não há tarde, porque ali não há nada imperfeito" (*Sex diebus in Genesi consummavit Deus omnia opera sua, et septimo requievit. Sex aetatibus humanum genus hoc saeculo per successiones temporum, Dei opera insigniunt: quarum prima est ab Adam usque ad Noe;*



Nas palavras de Auguste Luneau, "quatro e sete idades, esta dupla divisão da evolução religiosa do mundo é uma constante agostiniana"⁵. Para Agostinho, cada um desses dois modelos históricos "tem a sua razão de ser: eles desenvolvem diferentes aspectos da história da salvação. Quando ele descreve, como do exterior, a pedagogia divina; quando ele quer, antes de mais nada, colocar em destaque o *processo histórico* da Economia da Salvação, Agostinho lança mão da fórmula de sete idades. [...] Trata-se, pelo contrário, de mostrar o trabalho interior, a transformação das almas que a vinda do Salvador requeria? Agostinho utiliza, então, um outro registro, aquele das quatro idades"⁶. Esses dois esquemas, que se fazem presentes também na obra *Sobre a Cidade de Deus*, têm um aspecto importante em comum⁷: o sexto período da divisão em sete idades é idêntico, cronológica e factualmente, ao terceiro da divisão paulina, e abarca a totalidade dos tempos da Igreja, desde a primeira vinda de Cristo até o último segundo antes do fim do mundo. Este momento da história, os *tempos cristãos*, são sua última fase e, de acordo com Robert Markus, não admitem, no pensamento agostiniano, subdivisões internas⁸. Além disso, segundo Agostinho, esse

secunda, a Noe usque ad Abraham; tertia, ab Abraham usque ad David; quarta, a David usque ad transmigracionem in Babyloniam; quinta, inde usque ad humilem adventum Domini nostri Jesu Christi; sexta, quae nunc agitur, donec Excelsus veniat ad iudicium; septima vero intelligitur in requie sanctorum, non in hac vita, sed in alia, ubi vidit requiescentem pauperem dives ille, cum apud inferos torqueretur; ubi non fit vespera, quia nullus ibi rerum defectus est).

⁵ Auguste Luneau. *L'Histoire du salut chez les Pères de l'Église - La doctrine des âges du monde*. Paris: Beauchesne, 1964. P.379.

⁶ Id. *ibid.* Sublinhados no original.

⁷ O qual não é o único ponto de convergência ou de paralelismo entre as divisões quaternária e septenária da história, mas é o que importa agora para o presente trabalho.

⁸ Cf. Robert Markus. *Saeculum: history and society in the theology of st. Augustine*. London: Cambridge University Press, 1970. Pp.20-21, quando o autor trata de "um dos temas fundamentais da reflexão [de Agostinho] sobre a história: que, desde a vinda de Cristo até o fim do mundo, toda a história é homogênea; que ela não pode ser delineada em



verdadeiro "período cristão" da história possui uma outra característica muito importante, como ele mesmo afirma, no final da obra *Sobre a Cidade de Deus*. Alí, ao recordar a sua divisão septenária da história, num contexto em que ele estava tratando do descanso dos justos, na eternidade, por ele comparado ao descanso de Deus no sábado da Criação, e depois de falar, rapidamente, sobre as cinco idades anteriores, o autor afirma o seguinte sobre a sexta idade, os *tempora christiana*:

*A sexta [idade] agora se desenvolve, ela que não deve ser medida por nenhum número de gerações, por causa daquilo que foi dito: 'Não é dado a vós saber os tempos que o Pai colocou em seu poder' [At 1:7]. Depois desta [idade], como no sétimo dia, Deus descansará, fazendo descansar em si mesmo o próprio sétimo dia, que seremos nós mesmos*⁹.

Nesse trecho, encontramos uma idéia de grande permanência no pensamento de santo Agostinho sobre o processo histórico: para ele, a extensão da fase cristã da história não pode ser medida pelos homens que nela vivem, pois não é possível prever em que momento a história humana acabará. E, ao falar que a sexta idade "não pode ser medida por nenhum número de gerações", ele nada mais faz do que retomar, no fim de sua vida, um posicionamento sobre o tema que ele já defendia há muitos anos, pelo menos desde meados de 388-389, cerca de dois anos após a sua conversão definitiva ao cristianismo, quando ele escreveu a sua descrição das sete idades do mundo na obra *Sobre o Gênesis*

termos de um padrão retirado da história sagrada; que ela não pode mais conter pontos de virada decisivos que sejam revestidos com uma significância na história sagrada [ou seja, bíblica]".

⁹ CD 22.30.5: *Sexta nunc agitur, nullo generationum numero metienda, propter id quod dictum est, Non est vestrum scire tempora, quae Pater posuit in sua potestate (Act. I, 7) . Post hanc tanquam in die septimo requiescet Deus, cum eundem septimum diem, quod nos erimus, in se ipso Deo faciet requiescere.*



contra os maniqueus. Naquela ocasião, ele argumentava da seguinte forma, ao comparar a sexta idade da história com a sexta idade da vida humana, ou seja, a velhice: "Com efeito, a idade da velhice não pode ser em nós [, seres humanos,] delimitada por nenhum intervalo predeterminado de anos, mas, como depois daquelas cinco idades que todo mundo deve viver, segue-se a velhice; assim também, naquela idade do mundo [a sexta], as gerações não aparecem, de tal modo que também esteja oculto o último dia, o qual o Senhor demonstrou que era necessário ficar escondido"¹⁰. Tal posicionamento sobre a indeterminação do fim dos tempos seria retomado em outras ocasiões nos seus escritos, em especial nas cartas 197 e 199, endereçadas a Hesíquio, bispo de Salona.

Contudo, na obra *Sobre a Cidade de Deus*, o tema da data para o fim do mundo e de como ela não pode ser descoberta pelos seres humanos, nem a partir das Escrituras, nem muito menos pelo uso da nossa faculdade racional pura e simples, é desenvolvido apenas rapidamente. Para explicar a quase ausência de um tema tão importante para a concepção de história de Agostinho naquela que é a sua principal obra sobre o processo histórico, é necessário abrir um pequeno parêntese e desenvolver algumas considerações sobre o próprio contexto de produção do texto e refletir sobre os diversos públicos-alvo e objetivos que santo Agostinho tinha em mente ao redigi-lo, pois só assim se compreenderá melhor o porquê do autor não trabalhar, de modo mais detido, o tema da indeterminação do fim dos tempos no texto

¹⁰ *Sobre o Gênesis contra os maniqueus* 1.24: *Senectutis vero aetas sicut in nobis nullo statuto annorum tempore definitur, sed post quinque illas aetates quantum quisque vixerit, senectuti deputatur: sic et in ista aetate saeculi non apparent generationes, ut etiam occultus sit ultimus dies, quem utiliter Dominus latere oportere demonstravit.*



da CD, apesar de ser este uma temática de sua teologia da história que lhe era bastante cara.

Escrita pouco anos depois da cidade de Roma ter sido vítima de saques, incêndios e pilhagens, durante três dias, nas mãos de Alarico e de seus Godos, em agosto de 410, a *Cidade de Deus* foi pensada, em primeiro lugar, como uma resposta aos pagãos que argumentavam ter sido o cristianismo a causa deste e de outros males que assolavam o Império nos últimos tempos. Em especial nos primeiros livros da obra, Agostinho fala bastante contra tais pessoas que "agora caluniam os tempos cristãos, e culpam o Cristo pelos males que aquela cidade [Roma] sofreu"¹¹.

Mas, embora a *Cidade de Deus*, principalmente nos seus dez livros iniciais, tenha sido redigida contra os pagãos detratores do cristianismo, isso não significa que ela se resume apenas a rebater as críticas e os posicionamentos religiosos destes adversários, nem muito menos que estes tenham sido os principais leitores da obra ou seu único público-alvo. Como o próprio Agostinho, em suas *Retratações*, observou, os doze livros finais - divididos em três grupos de quatro, cada um deles tratando, respectivamente, das origens, desenvolvimento e fins das duas cidades - foram pensados como uma exposição sistemática da concepção cristã da verdadeira religião e da história, a ser colocada no lugar das crenças do paganismo rechaçadas nos dez livros anteriores¹². Por outro lado,

¹¹ *Sobre a cidade de Deus*. 1.1.

¹² *Retratações* 2.43.2: "Mas, para que ninguém nos repreendesse por somente ter desbaratado as opiniões alheias sem, contudo, ter exposto as nossas, aquela outra parte desta obra, composta em doze livros, foi desenvolvida, embora, quando era necessário, também nos dez livros iniciais tratamos daqueles posicionamentos que são nossos e nos doze últimos repreendemos as opiniões adversárias. [...] Todos esses vinte e dois livros, tendo sido escritos sobre ambas as cidades, receberam, todavia, o título da melhor, de tal modo que são melhor chamados *Sobre a Cidade de Deus*". (*Sed ne quisquam nos aliena tantum redarguisse, non autem nostra asseruisse reprehenderet, id agit pars altera operis*



desde o início dedicada ao tribuno Marcelino, fervoroso leigo católico¹³, a obra encontrou seus leitores mais numerosos entre os católicos que desejavam armar-se com argumentos contra os pagãos (como Marcelino e Macedônio, *vicarius* da África e primeiro leitor, de que se tem notícia, da CD¹⁴) e receber instrução doutrinal para uma melhor vivência de sua fé. Como afirmou Gerard O'Daly:

Não se pode assumir que, porque a Cidade de Deus é uma obra apologética, ela foi primordialmente escrita para os críticos não-cristãos do cristianismo, aos quais ela tão frequentemente se refere. [...] Melhor do que ver a Cidade de Deus como refutação das objeções pagãs ao cristianismo, para ser lida diretamente por pagãos, é mais adequado com o que Agostinho realmente diz sobre seus objetivos pensar os leitores da obra como cristãos e outras pessoas bastante interessadas no cristianismo, que requeriam uma refutação convincente e clara dos posicionamentos pagãos, tanto para sua própria satisfação [intelectual], quanto como armas a serem usadas contra os defensores do paganismo¹⁵.

huius, quae libris duodecim continetur. Quanquam ubi opus est, et in prioribus decem quae nostra sunt asseramus, et in duodecim posterioribus redarguamus adversa. [...] Ita omnes viginti et duo libri cum sint de utraque civitate conscripti, titulum tamen a meliore acceperunt, ut de Civitate Dei potius vocarentur). Sobre esse tema, Johannes van Oort. *Jerusalem and Babylon. A study into Augustine's City of God and the sources of his doctrine of the two cities.* Leiden: Brill, 1991. Pp.169-170 afirmou o seguinte: "o objetivo de Agostinho, ao escrever a sua apologia [da fé cristã, na *Cidade de Deus*] foi duplo: *refutatio* e *probatio*. Ele refutou as concepções de seus oponentes pagãos, mas, de igual modo, deu uma exposição tética [ou seja, apresentou os dados das verdades do cristianismo de maneira positiva]".

¹³ O qual não chegou a ver a obra completa, pois foi executado em 13 de setembro de 413 por acusações de ter participado da revolta de Heracliano contra o Império (acusações de fato procedentes ou, talvez, advinda de simpatizantes do donatismo que queriam se vingar pelo apoio, dado por Marcelino, aos católicos durante a conferência de Cartago de 411?), uma morte que Agostinho tentou, de todas as formas, evitar e pela qual ele sentiu profunda dor.

¹⁴ Cf. *Cartas* 154 e 155. Pelas informações presentes nas cartas, Serge Lancel. *St Augustine.* London: SCM Press, 2002. Pp.395-396, defende que os três primeiros volumes da *cidade de Deus* já estavam em circulação por volta de 413-414.

¹⁵ Gerard O'Daly. *Augustine's City of God - A Reader's Guide.* Oxford: Clarendon Press, 1999. P.36.



Por fim, a *Cidade de Deus* também foi redigida para um outro tipo muito específico de leitores: aquelas pessoas que não conheciam muito da fé cristã e que queriam aprofundar os seus conhecimentos nesse campo. Agostinho via tal grupo de leitores como potenciais conversos e certamente escreveu pensando também neles, de tal modo que pudessem encontrar no texto da citada obra um estímulo para se decidirem a mudar de vida e se tornarem membros da Igreja Católica. A *Cidade de Deus*, como argumenta com propriedade Johannes van Oort, não é apenas uma apologia e uma exposição da fé cristã sobre a história: ela é também uma obra catequética, que visa ensinar a doutrina católica e convencer pessoas de outras religiões a se converterem a ela¹⁶. O estudo do autor holandês mostra, de modo bem interessante, os paralelismos entre a estrutura da *Cidade de Deus* e a de outra obra, o *Sobre as pessoas que devem ser catequizadas*, na qual Agostinho apresenta dois modelos de catequeses dirigidas aos *rudes* (ou seja, pessoas que não conheciam bem o cristianismo e queriam receber mais informações para quem sabe, no futuro, tornarem-se membros da Igreja). Desses dois modelos, o mais extenso deles, que foi pensado para ocasiões em que se dispõe de mais tempo para fazer a exposição da fé, possui no essencial a mesma organização e sequência de temas presentes na *Cidade de Deus*¹⁷.

Diante de tudo o que foi tratado, fica mais fácil compreender os motivos que levaram Agostinho a não expor no texto da CD, com maiores detalhes, seus argumentos em favor da total incapacidade dos seres humanos para descobrir quando a sexta idade da história, a atual, terminará. Ele

¹⁶ O'Daly, op.cit. p.36, concorda com van Oort nesse aspecto.

¹⁷ Para a argumentação pormenorizada de van Oort, cf. op.cit. pp.175-198.



pensava escrever não apenas para cristãos já convencidos de sua fé, mas também para pessoas que precisavam ser persuadidas tanto da veracidade das opiniões religiosas do cristianismo, quanto do fato de que a Igreja Católica era a única a professar a forma de cristianismo correta. Assim, Agostinho preferiu, nos livros 20 a 22, que tratam com maiores detalhes sobre escatologia, dedicar mais tempo à apresentação de provas bíblicas e racionais que poderiam embasar a defesa de temas como a ressurreição dos mortos, a eternidade das penas do inferno ou a certeza de que haverá o Juízo Final, crenças religiosas entendidas como acontecimentos históricos certos, ainda que futuros. Para as questões de como serão as perseguições escatológicas e quando se darão o Juízo final e o fim da história (perguntas que presupunham uma crença prévia nos dados escatológicos citados), restou a brevíssima alusão, já citada, feita no último capítulo do livro, de que nem a duração da sexta idade, nem o momento em que o seu fim chegará podem ser conhecidos pelos homens de antemão.

Contudo, Agostinho sabia também que, para os leitores mais versados nas temáticas cristãs, muitas vezes as informações que ele apresentava na *Cidade de Deus* não chegavam a esgotar todos os tópicos relevantes de um determinado tema. Esse é o caso, por exemplo, de como os discursos escatológicos dos evangelistas sinóticos deveriam ser melhor compreendidos¹⁸. Para Agostinho, ali havia três profecias sobre três temas distintos: as referentes à destruição da Jerusalém terrestre, que de fato já se cumpriram; aquelas que tratam do corpo místico de Cristo, a Igreja, e das perseguições por ele sofridas ao longo dos séculos; e um terceiro tipo, esse sim de cunho escatológico, tratando das perseguições e eventos que

¹⁸ CD 20.5.



haverão de acontecer quando o fim estiver próximo. Para tanto, deve-se analisar cuidadosamente cada um dos textos, e comparar o que é dito por cada um dos evangelistas, "pois certas coisas que um explica de modo mais obscuro, o outro trata com maior clareza"¹⁹. E, para os leitores que queiram saber maiores detalhes acerca desse tema, ele sugere a leitura de uma das suas cartas, a 199, que foi por ele próprio intitulada *Sobre o fim do mundo (De fini saeculi)*.

É uma pena que não se disponha de todo o tempo necessário para fazer aqui uma análise pormenorizada desta carta e das outras duas, anteriores a elas (197 e 198) trocadas entre Agostinho e Hesíquio, bispo de Salona. Nela, o historiador do pensamento agostiniano encontra uma documentação farta para analisar todas as argumentações, seja de cunho teológico, seja de cunho meramente filosófico, que Agostinho utiliza para não somente rechaçar os "cálculos para o fim do mundo", mas até mesmo as especulações sobre se é possível dizer que o fim está próximo pelos "sinais dos tempos" (desgraças climáticas, prodígios físicos, guerras, entre outros). Os leitores da *Cidade de Deus* que seguiram o conselho de Agostinho e se dispuseram a ler a carta 199, bem como a 197, anterior a esta e que trata do mesmo tema, encontraram inúmeros motivos, dados pelo bispo de Hipona, para embasar a sua opinião de que, embora o segundo advento do Senhor deva de fato ser amado e ansiosamente esperado pelo crente, o tempo do fim é de todo incerto, por mais que alguns queiram dizer o contrário. Para Agostinho, o versículo "Não vos foi dado conhecer os tempos que o Pai colocou em seu poder" (At 1:7) é um chamado de Cristo para que o fiel coloque um freio nas suas especulações sobre quando se dará o fim e é repetido quase como um refrão nas cartas

¹⁹ CD 20.5.4: *Quaedam quippe alter obscurius, alter explicat planius.*



supracitadas. Não é à toa que o leitor voltará a encontrar o mesmo versículo, no fim da *Cidade de Deus*, para lembrar a todos que os tempos cristãos - a sexta era do esquema septenário e a terceira, na divisão paulina - terminará num momento só conhecido por Deus e totalmente ignorado pelos homens, por mais que alguns dentre estes, segundo Agostinho, se esforcem por descobrir o que lhes é inacessível e tornem-se, desse modo, cristãos que agem contra ordens expressas do próprio filho de Deus sobre tal tema.